

Paisagens: um património e um recurso

*António Campar de Almeida**¹

Paisagem é uma palavra que, pelo seu uso tão frequente, pela sua aplicação em toda e qualquer circunstância, ainda por cima com uma aparente certeza conceptual a tocar a impunidade, criou a sensação de dispensar qualquer esforço de definição.

No entanto, e pondo de parte uma pretensa análise científica dos vários conceitos de paisagem, aquele que será seguido nesta breve abordagem não pode deixar de reflectir o uso que se pretende dar ao objecto em causa. Antes de mais, este objecto de análise corresponde a um espaço, mas espaço com determinada proximidade, ou seja, ao alcance do olhar humano. Pode dizer-se que varia entre algumas dezenas de metros a vários quilómetros, tantos mais quanto mais favorável for o ponto e o momento de observação.

Porém, para ser paisagem esse espaço visível tem de ser constituído por um conjunto de componentes que formem um todo coerente. Significa isto que esses componentes, em regra heterogéneos, pela sua distribuição, disposição, encadeamento, associação mais ou menos lógica entre si, conjugam-se no sentido de ser possível atribuir uma identidade àquele espaço. Esses componentes passam essencialmente pela morfologia do terreno, pela hidrografia, pelo coberto vegetal e pelas instalações e transformações exercidas, nesse espaço, pelas comunidades humanas. Esta paisagem terá uma dinâmica própria, nem sempre detectável de imediato, mas passível de observação e entendimento após análises de pormenor efectuadas sobre o terreno ou sobre meios indirectos de representação desse mesmo terreno.

* Instituto de Estudos Geográficos – Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra.

Muitas vezes um determinado tipo de paisagem prolonga-se por um espaço superior ao visível de um único ponto, desde que se mantenha a fisionomia de conjunto observada mais estritamente. Mas também acontece que a área abrangida desse ponto pode conter mais do que um tipo de paisagem; basta para tanto que os componentes em causa variem de tal modo e interajam tão diversamente que o resultado final corresponda a duas, ou mais, realidades consistentes e distinguíveis apenas com um relance de olhar.

Uma paisagem é sempre o resultado de um fluir de acontecimentos sobre um determinado espaço. Esses acontecimentos são tanto de origem natural como, mais frequentemente nas nossas latitudes, de origem humana. Significa que na paisagem está inscrita de modo indelével a marca das ações das comunidades humanas que aí estiveram ou viveram. Tal como afirmava George Bertrand (1978), a paisagem é um produto social, é uma resultante da história local ou regional. Mas, para além dessa impressão acumulada pela história, há a diversidade própria inerente a cada cultura, pois que “a cultura estrutura as paisagens”, assim como “as paisagens inculcam cultura” (Nassauer, 1995).

Tanto ao nível do espaço como do tempo, a paisagem é uma entidade analisável à escala do homem: do homem como observador, do homem ao longo da sua história (pelo menos depois de se ter sedentarizado); é algo que tem de estar ao seu alcance sensorial. “A paisagem percebida é imediatamente analisada pelo observador, comparada e avaliada com o seu conhecimento e experiência prévia” (Antrop, 2000, p. 16). O mesmo autor resume o conceito de paisagem a “três aspectos que são comuns à maioria das definições: (1) uma entidade ou fenómeno holístico, (2) uma parte da terra que é percebida e, assim, relativa ao observador em entendimento e avaliação, e (3) um fenómeno dinâmico com uma história única” (*ibidem*, p. 16).

Paisagem – património

Uma paisagem é património a partir do momento em que é singular, em que as suas qualidades são únicas. Essa singularidade pode decorrer de duas referências: do apelo ao “solo”, ou seja, à valorização do que se vê – é

a paisagem em sentido mais estrito ou usual – e do apelo ao “passado”, ou seja, à história única que fez o lugar (Lazzarotti, 2003).

Num certo sentido, o qualificativo de singular, só por si, induz uma preocupação social em garantir, de todo o modo, a sua transmissão aos vindouros. E essa preocupação é tanto maior quanto mais ameaçada estiver aquela paisagem de desaparecimento, face a uma eventual catástrofe (Peixoto, 2002). Neste caso a paisagem pode passar à categoria de bem raro, logo altamente valorizada.

A carga subjectiva que acompanha a determinação do que é património paisagístico manifesta-se, de modo evidente, na escala do apreciador. Ao nível individual, ou de uma comunidade local, podem ser tomadas atitudes de certo modo contraditórias. Muitas vezes há uma depreciação daquilo que as pessoas estão habituadas a ver durante toda a vida. O conjunto de elementos que, eventualmente, no quotidiano perpassa na sua frente, não pode deixar de estar eivado de vulgaridade, por mais belo ou sublime que possa parecer a um forasteiro. Em alguns casos, no entanto, o espaço de vivência pode induzir uma atitude de rejeição, quando a ele se associa uma vida de sofrimento e de mal-estar. Se no primeiro caso, apesar da desvalorização, ainda pode haver alguma identificação com a área e, portanto, há o sentimento de apropriação de algo capaz de ser transmissível aos vindouros, logo de património, no segundo, falta, decerto, a ligação emocional necessária para poder provocar o mesmo sentimento.

Por outro lado, trechos de paisagem sem nada de destacável para um observador comum, podem ter inscritas cargas de vivência e de simbolismo tão fortes para o utente habitual que este lhe atribui um valor não assinalável pelas outras pessoas. Por norma, o local onde nascemos e vivemos a infância e a juventude adquire esse estatuto; porventura, por corresponder a um período em que, em simultâneo, nos vamos formando e tendo consciência cada vez maior do espaço que nos rodeia. Há como que uma formação biológica, social e espacial adquirida em paralelo, ou seja, um crescimento em comum. Daí a identidade tão forte.

Outras paisagens, porém, já têm um âmbito nacional, são sentidas como suas por todo um povo. Tanto podem ser características geográficas como históricas as motivadoras dessa identidade. Casos como a Serra da Estrela

e a Serra do Gerês são paisagens em que a sua geografia é determinante – as morfologias próprias, a neve, os endemismos vegetais e animais, as actividades socioeconómicas particulares; mas já com o Pinhal de Leiria, por exemplo, a história junta-se aos aspectos biofísicos para lhe emprestar e justificar o carisma identitário de que goza no país.

À escala mais ampla, a mundial, o património paisagístico é de mais fácil referência, já que decorre de um processo de classificação pela UNESCO, com base no que foi consignado em Paris, na sua Convenção sobre a Protecção do Património Cultural e Natural, em 1972. Assim foi reconhecida, recentemente, a paisagem do Alto-Douro vinhateiro, como, há mais tempo, a da Serra de Sintra, para se exemplificar apenas com casos portugueses.

Avaliação do património/paisagem

Em meados do século XX inicia-se um movimento de análise da paisagem que se preocupa essencialmente com a sua avaliação em termos valorativos; procura limitar ao máximo a componente subjectiva dessa percepção usando indicadores objectivos, correspondentes a variáveis quantitativas.

Kevin Lynch, na década de 50, nos Estados Unidos da América, introduziu processos de descrição fisionómica das paisagens urbanas. Pela sua teoria da legibilidade, concluiu que as pessoas preferem as paisagens que ofereçam muitos pontos de referência. Deste modo, essa legibilidade funciona como um factor de segurança para as pessoas. Aqueles pontos, em regra, são importantes na estrutura de uma cidade: corredores, cruzamentos, marcas salientes, por exemplo. O comportamento espacial da população era percebido a partir de um inquérito aos utentes desse espaço (Nassauer, 1995).

Em 1968, K. D. Fines, na Grã-Bretanha, propôs um método valorativo da paisagem em que esta, tomada no seu todo, era avaliada por uma nota global. A apreciação final, contabilizadas as notas atribuídas, poderia variar entre paisagens espectaculares e feias.

Kevin Lynch de novo, mas já na década de 80, assim como outros autores entre os quais Gonzalez Bernaldez, em Espanha, preferem o uso de pares de fotografias, tiradas a trechos previamente escolhidos, onde se sa-

lientam elementos individuais ou em conjuntos, que após as escolhas feitas pelas pessoas inquiridas, permitem discernir as paisagens, ou os seus componentes, com maior preferência.

Dentro destas linhas de percepção e qualificação da paisagem, A. Bailly, na mesma década, procurou detectar as ligações entre as imagens mentais que as pessoas tinham de um determinado espaço e as respectivas estruturas espaciais. Baseou esta análise num inquérito em que às pessoas era deixada liberdade de escolha dos percursos a tomar e registar numa cidade. Ou seja, outro modo de qualificar as paisagens, neste caso urbanas, mas valendo-se das representações mentais, portanto vividas, que delas tinham as pessoas (Rougerie & Beroutchachvili, 1991).

Também em Portugal foi ensaiada a avaliação do valor da paisagem. Por exemplo, no Centro litoral de Portugal, no Baixo Mondego, foi proposto a vários grupos de pessoas o registo de pontos de observação de trechos de paisagem considerados interessantes, os respectivos elementos que mereciam destaque e quais as sensações transmitidas a cada um dos inquiridos (Almeida, 1999 a, b). Para além do reconhecimento das paisagens mais qualificadas, este inquérito permitia a identificação dos indicadores mais valorativos dessa paisagem.

A título de exemplo, é de salientar que, no caso da Serra da Boa Viagem, os elementos mais referidos estão associados com a presença da água e da vegetação, e com a morfologia – Mar, Vegetação, Praia, Rochas, Pinheiros, Árvores, Estratificação, Cidade, Relevo. Facto semelhante se passou com a análise feita aos “Campos do Mondego” e envolvente – Rio, Serra, Barcos, Campos inundados, Vinhas, Casas de madeira, Povoamento, Monte, Ponte.

Quanto às sensações que os trechos de paisagem motivavam, as pessoas apontavam, em regra, aspectos bastante positivos, o que não admira já que a própria escolha dos locais advinha de uma certa empatia estabelecida entre observador e trecho observado – tranquilidade, calma, frescura, sossego, bem-estar, paz, liberdade, descontração, grandiosidade.

Em todos estes métodos de apreciação da paisagem há uma boa dose de subjectividade e de emoção, por mais objectivos que pretendam ser, ao aplicar cálculos estatísticos sobre as variáveis entretanto determinadas. Sub-

jectividade na selecção dos elementos considerados mais interessantes ou mais favoráveis, assim como na selecção dos próprios trechos ou percursos. Emoção que pode ser criada pela beleza intrínseca da paisagem observada, ou pelas simbologias ou recordações despertadas, frutos de uma vivência que se vê, de repente, ali espelhada.

Jay Appleton (1975, *apud* Andresen, 1992) lançou uma teoria onde considera que as nossas reacções estéticas à percepção da paisagem são em parte inatas e podem ser explicadas sob duas perspectivas: 1) a teoria do *habitat* que discute a relação possível das sensações de prazer derivadas da experiência da paisagem com as condições ambientais que são favoráveis à sobrevivência biológica; 2) a teoria da “vista-refúgio” que descreve o posicionamento dos seres humanos na paisagem como “ver sem ser visto”. Ou seja, a paisagem seria um território de sobrevivência, espaço de refúgio, resquício de uma condição humana ainda muito biológica.

A condição do observador também pode influenciar nas preferências paisagísticas, apesar de parecer “ser genérica e consistente a preferência humana por paisagens naturais que incluem copas de árvores ou troços aquáticos e que permitem vistas amplas” (Nassauer, p. 231). Mas, em regra, esta maior preferência por paisagens selvagens concentra-se mais nas pessoas com maior escolaridade e de profissões intelectuais, assim como nos cidadãos, eventualmente por estarem mais informados sobre a sua “bondade” e/ou verem nelas reminiscências dos “paraísos perdidos”, tão diferentes do ambiente agressivo onde habitam. Por sua vez as pessoas mais idosas preferem paisagens geometrizadas e artificiais (Forman & Godron, 1986); a sua condição de maior dependência ou fragilidade impele-as a sentirem-se mais confortáveis onde há mais segurança, ou seja, onde há a presença de outras pessoas, sinal dado pela geometrização do espaço, portanto, da sua artificialização.

Os próprios animais chegam a ter preferências por determinados trechos de paisagem. Para além das áreas mais favoráveis para a sua alimentação e seu refúgio, elementos fundamentais da sua sobrevivência, podem ter zonas de repulsão que são áreas adjacentes a um elemento que lhes cria um efeito inibidor e que, portanto, evitam. As estradas são um desses elementos inibidores, pelo barulho que delas parte e que dão origem a faixas

de repulsão, maiores ou menores consoante as espécies são mais ou menos sensíveis a essa perturbação. Por outro lado, verificou-se que, por exemplo, os carneiros selvagens europeus nunca usavam determinadas áreas, enquanto usavam outras frequentemente, mas estas também dependiam das condições climáticas ou da época do ano (*idem, ibidem*).

Paisagem-recurso

Nos tempos que correm, em que a apetência pelo conhecimento do diferente, do exótico, do afastado, está cada vez mais arreigado nas pessoas, fruto, em grande parte, do desenvolvimento exponencial da capacidade de informação da nossa sociedade, mas também da melhoria do nível de vida e de tempo livre e, portanto, da possibilidade de dispor de meios e tempo para viajar, sempre que há a notícia da existência de um património valioso em qualquer ponto do mundo, este passa imediatamente a ser objecto de procura. Isto acontece, obviamente, com as paisagens, com as mais atraentes, espectaculares ou de maior interesse cultural. Nesse momento, essas paisagens passam a constituir um recurso turístico, quer pela sua procura deliberada quer por ser capaz de gerar receitas.

Porém, a transformação do património em recurso, particularmente turístico, pode virar-se contra si. A sua procura pode atingir níveis que se tornam insustentáveis, quando está em causa a manutenção da qualidade do espaço. Por exemplo, em certos bairros históricos das cidades começa a verificar-se uma sobrefrequentação, o que pode destruir pelo menos uma das suas principais atracções que é a qualidade do lugar. Este facto tem levado já muitos dos responsáveis por essas áreas urbanas a estudarem a sua “capacidade de carga”, de modo a permitirem apenas a frequência de determinado número suportável de turistas (Lazzarotti, 2003).

O caso de praias muito procuradas é ainda mais flagrante porque o processo de degradação paisagística se pode tornar mesmo irreversível. O grande número de projectos de “desenvolvimento”, diga-se de crescimento, aí levados a cabo na tentativa de dar resposta a uma crescente procura dos turistas, leva a uma progressiva depreciação do sítio e, portanto, a

uma diminuição da sua atractividade, o que, em regra, tem efeitos a longo prazo (*idem, ibidem*).

Um outro caso muito interessante é o dos parques naturais, qualquer que seja a sua figura jurídica (parque nacional, parque natural, reserva natural,...). Paradoxalmente, a transformação de uma área de grande valor ambiental e, por norma, paisagístico, em parque natural e a decorrente divulgação para a comunidade dessa categorização, promove de imediato a sua procura para usufruição dos seus atributos. Daqui ao início da sua degradação, pelo menos parcial ou pontual, pela presença de um muito maior número de pessoas do que até então, vai um passo. Em consequência, haverá uma diminuição da sua qualidade e da sua potencialidade como recurso. De certo modo, isto é anunciado na definição que Julius Fabos, em 1976, dá de recursos visuais – as áreas únicas ou relevantes sob o ponto de vista visual cuja protecção se revela como sendo do interesse do bem comum – na sequência da sua proposta para uma avaliação económica dos recursos naturais (Fabos, 1976 *apud* Andresen, 1992).

Em alguns países do Terceiro Mundo, no entanto, a criação de parques naturais tem contribuído para a melhor preservação da vida selvagem na respectiva área. O aumento de procura por turistas tem permitido outras fontes de receitas para os autóctones que, assim, passam a exercer menor pressão sobre os recursos naturais da área, principalmente animais, logo a melhoria da qualidade e manutenção do próprio parque (Lazzarotti, 2003).

É conhecido, apontado e recomendado o papel que a vegetação, principalmente arbórea, desempenha nas cidades, em especial quanto às suas virtualidades como depuradoras do ambiente urbano, assim como criadoras de espaços com condições de maior agradabilidade, propícios para a instalação e/ou aproveitamento como espaços de lazer. O planeamento urbano tem, ou deveria ter, cada vez mais isso em atenção. Mas, a presença ou possibilidade de visualização de determinados trechos ou aspectos paisagísticos começam a ser tidos em conta no planeamento dos espaços urbanos, em especial nalguns países.

Em Israel, onde tem sido efectuada uma plantação sistemática de árvores desde há 90 anos, pretende-se saber agora, em especial no contacto paisagem rural/paisagem urbana, que tipos de vegetação são preferidos pelo público, de modo a manter a sua qualidade visual. Após a realização de inquéritos

concluiu-se que as pessoas preferem paisagens plantadas, florestais e florestais abertas, assim como plantações de oliveiras. As menos preferidas eram as de comunidades arbustivas ou herbáceas. A densidade também foi um elemento apontado, sendo visto como positivas as mais baixas densidades; de igual modo, as árvores altas eram preferidas às baixas (Misgav, 2000). As novas plantações passaram a ter em consideração estas conclusões.

Um outro exemplo ilustrativo é o de um estudo elaborado na Holanda, onde se mostra como os factores ecológicos ou paisagísticos se podem juntar aos factores económicos na escolha de determinados tipos de urbanizações. Verificou-se que o preço das habitações saía inflacionado quando estas se situavam junto de certos elementos paisagísticos, ou tinha vistas para eles, nomeadamente lagos, ou outros espelhos de água, jardins bordejando água, parques e espaços abertos. Pelo contrário, determinados elementos tinham um efeito negativo, fazendo baixar o preço final da habitação; casos de vistas de prédios com muitos apartamentos ou de ruas com tráfego muito movimentado e barulhento (Luttik, 2000).

Uma das provas em como a paisagem também vende, ou seja, também pode ter um significativo valor económico, é o aproveitamento que dela costumam fazer os publicitários para, em cartazes de rua ou através dos meios de comunicação social, dela tirarem partido e ajudarem a vender, por preços mais vantajosos, para si claro, determinadas urbanizações, aldeamentos, casas isoladas, etc. e sob o pretexto de que a vista de belos trechos paisagísticos são uma condição para a felicidade pessoal.

Quo vadis?

Neste momento, o que se está a passar com a paisagem das áreas rurais?

Estas paisagens começam a despertar um interesse cada vez maior por uma população citadina, nacional e estrangeira, ávida de conhecer os trechos mais tradicionais da Europa, autênticos museus vivos e a céu aberto, há muito desaparecidos dos seus olhos ou ouvidos, e trazidos à tona apenas através de histórias e descrições de antepassados, de lá saídos em anos longínquos, na procura de uma vida com mais dignidade.

Porém, desde há algumas dezenas de anos, o espaço rural está a sofrer uma importante transformação na sua fisionomia, na sequência da retirada das pessoas dos meios rurais para as cidades ou para o estrangeiro e, desse modo, o inevitável abandono dos terrenos agrícolas. O destino desses terrenos passa pela sua transformação em matas plantadas, muitas vezes com espécies de crescimento rápido e nem sempre bem adaptadas às condições mesológicas, ou com espécies exóticas; ou então, o que é mais usual, são deixados à sua evolução natural de recuperação do coberto potencial. O caminho até se chegar a esta cobertura passa, quase invariavelmente, por matos, matos arbóreos e, por fim, bosques dominados pelas espécies arbóreas típicas da região, se não houver, entretanto, alguma espécie exótica, mais competitiva, que lhe tenha tomado a dianteira e o domínio.

Destas transformações referidas, resulta uma diminuição da heterogeneidade da paisagem, pelo aumento de área, com possível contiguidade, do mesmo tipo de cobertura do solo. A pouca heterogeneidade surgirá apenas em resposta à ocorrência de diversidade lito-morfo-pedológica. Em regra, quando diminui a heterogeneidade da paisagem, diminui a sua qualidade, portanto baixa o valor do recurso. A agravar esta característica, com o aumento da cobertura florestal, diminui a área média de visão, por barramento lateral das estradas efectuado pelas árvores, acontecendo aquilo que foi designado por enclausuramento da paisagem (*fermeture du paysage* – Le Floch *et al.*, 2005).

O absurdo desta situação é que ao aumento do *continuum* florestal vai corresponder um aumento do risco de incêndio florestal e assim, a ocorrência, cada vez mais frequente, de grandes incêndios que deixam extensas áreas queimadas. Enquanto se mantém o domínio de espécies florestais altamente combustíveis, como é o caso dos pinheiros e dos eucaliptos, com sub-bosques mais ou menos densos, pela falta de limpeza cada vez mais generalizada, os incêndios que percorrem estas matas são muito intensos, queimando praticamente toda a massa combustível aí existente. As alterações paisagísticas, neste caso, são drásticas e dramáticas. Entretanto, espécies exóticas oportunistas, por serem pirófitas e heliófitas, como é o caso das acácias e dos ailantos, aproveitam esta situação para proliferarem pelos terrenos queimados, a



Fig. 1 – Aldeia e socalcos
na Serra da Lousã.

Como seriam sem o trabalho do homem?

partir das manchas onde já estão instaladas – bordos das estradas e caminhos, margens dos rios e retalhos maiores em algumas serras portuguesas – e passarem a dominar de modo exclusivo. Aqui temos uma alteração profunda da paisagem, que nada tem a ver nem com a paisagem tradicional nem com a paisagem que as comunidades rurais foram construindo. São famosos os casos da Serra de Santa Luzia, em Viana do Castelo, e partes da Serra da Lousã.

Paisagens compósitas com interpenetrações humanas pelas matas e pelos matos, a subirem vertentes dos vales e montanhas, numa senda secular de ajardinagem do território (Fig. 1), serão cada vez mais uma “saude no futuro”, senão mesmo já no presente.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. Campar (1999 a) – “Apreciação da paisagem na Serra da Boa Viagem”. *Inforgeo*, 12/13: 37-46.

ALMEIDA, A. Campar (1999 b) – “Apreciação da paisagem do Baixo Mondego”. *Actas de Encontros de Geomorfologia*, Coimbra, pp. 181-186.

ANDRESEN, Teresa (1992) – *Para a crítica da paisagem*, Univ. Aveiro, Tese de doutoramento.

ANTROP, Marc (2000) – “Geography and landscape science”, *Belgeo*, 1-2-3-4: 9-35.

BERTRAND, George (1978) – “Le paysage entre la nature et la société”, *Revue Géographique des Pyrénées et Sud Ouest*, 49, 2: 239-258.

LE FLOCH, S.; DEVANNE, A.-S.; DEFFONTAINES, J.-P. (2005) – “La «fermeture du paysage»: au-delà du phénomène, petite chronique d’une construction sociale”, *L’Espace Géographique*, 2005-1: 49-64.

LUTTIK, Joke (2000) – “The value of trees, water and open space as reflected by house prices in the Netherlands”, *Landscape and Urban Planning*, 48: 161-167.

MISGAV, Ayala (2000) – “Visual preference of the public for vegetation groups in Israel”, *Landscape and Urban Planning*, 48: 143-159.

NASSAUER, Joan Iverson (1995) – “Culture and changing landscape structure”, *Landscape Ecology*, 10, 4: 229-237.

LAZZAROTTI, Olivier (2003) – “Tourisme et patrimoine: ad augusta per angustia”, *Annales de Géographie*, 629: 91-110.

PEIXOTO, Paulo (2002) – “Os meios rurais e a descoberta do património”, Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais, 175.

ROUGERIE, G. & BEROUTCHACHVILI, N. (1991) – *Géosystèmes et Paysages. Bilan et méthodes*, Armand Colin, Paris, p. 302.